

# Governo prepara mudança no sistema de meta de inflação

REUNIÃO DO CMN

## MUDANÇA NO SISTEMA

### País se prepara para adotar meta contínua de inflação. Fazenda discute como será prestação de contas

MANOEL VENTURA  
REPORTER DO GLOBO

O Conselho Monetário Nacional (CMN) se reúne na quinta-feira e deve aprovar um ajuste no sistema de metas de inflação. Essa é a expectativa do Ministério da Fazenda, que prepara a mudança e já trabalha em possíveis ajustes no novo formato, principalmente na prestação de contas à sociedade.

Formado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela titular do Planejamento, Simone Tebet, e pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, o CMN tem como principal missão definir as diretrizes da política monetária do país.

O ministro Haddad tem defendido publicamente uma mudança nos parâmetros adotados hoje para que o país tenha um sistema em que a meta de inflação seja contínua. Atualmente, a meta é definida segundo o ano calendário. Para 2023, o objetivo a ser perseguido pelo BC é manter a inflação em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

**IMPACTO NOS JUROS**  
Mudar esta sistemática pode ser decisivo para os rumos da taxa de juros no país. O encontro do CMN nesta semana será a primeira reunião de Campos Neto com Haddad depois de o BC manter os juros básicos do país em 13,75% ao ano e não sinalizar claramente uma redução da Taxa Selic em agosto, o que irritou o governo. O BC divulgou hoje a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), com a explicação detalhada sobre a decisão, que pode amenizar o tom.

Essa carta precisa explicar por que a meta foi descumprida e indicar os passos futuros para a recalibração no caminho de seu objetivo. Como a meta hoje é apurada como IPCA de janeiro a dezembro, o documento, quando necessário, é enviado à pasta em janeiro do ano subsequente.

**AINDA VALE A CARTA?**  
Com uma meta contínua, essa periodicidade perderia o sentido. Nesse contexto, técnicos discutem agora se a carta continua sendo necessária. Uma possibilidade é manter a carta em momentos em que a inflação passar por um período "brutal e curvo". Seria possível ainda fortalecer os outros meca-



Foto: Roberto Campos Neto, Fernando Haddad e Simone Tebet se reúnem na quinta-feira para discutir o ajuste no sistema de metas. O ministro da Fazenda defende o modelo de referência contínua de inflação

apresentar o Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

Atualmente, o BC tem três instrumentos para dar satisfação à sociedade em relação à atuação para manter a inflação sob controle: o RTI, a prestação de contas semestral no Senado e, em caso de descumprimento da meta inflacionária, a elaboração de uma carta ao Ministério da Fazenda.

Essa carta precisa explicar por que a meta foi descumprida e indicar os passos futuros para a recalibração no caminho de seu objetivo. Como a meta hoje é apurada como IPCA de janeiro a dezembro, o documento, quando necessário, é enviado à pasta em janeiro do ano subsequente.

**AINDA VALE A CARTA?**  
Com uma meta contínua, essa periodicidade perderia o sentido. Nesse contexto, técnicos discutem agora se a carta continua sendo necessária. Uma possibilidade é manter a carta em momentos em que a inflação passar por um período "brutal e curvo". Seria possível ainda fortalecer os outros meca-

#### COMO É HOJE

Atualmente, a meta de inflação é definida pelo ano calendário. Isso quer dizer que o Banco Central (BC) precisa levar a inflação para a meta, ou deixar o IPCA dentro de uma margem de tolerância, no período acumulado em 12 meses de janeiro a dezembro. Esse alvo a ser perseguido pelo BC a cada ano é definido nas reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quando o índice estoura esse limite, a autoridade monetária é obrigada a escrever uma carta ao Ministério da Fazenda para se explicar.

#### COMO DEVE FICAR

Na chamada meta contínua, o Banco Central deixaria de olhar para o período acumulado em 12 meses de janeiro a dezembro e passaria a mirar um horizonte de 18 a 24 meses à frente. A ideia é que, com isso, choques temporários na inflação tenham menor interferência na análise do Banco Central. Dessa forma, ele não ficaria mais preso ao calendário e não precisaria mexer com tanta frequência na taxa básica de juros. O governo já avalia como funcionaria a prestação de contas do BC em momentos em que a inflação se distancie da meta.

nismos de prestação de contas, como uma apresentação mais detalhada ao Congresso.

O calendário oficial do CMN prevê a discussão sobre as metas de inflação nos meses de junho. Neste ano, seria discutida a meta de 2026 e redefinição dos objetivos de 2024 e 2025. Mas o que também entrará em discussão agora será implantar calendário móvel.

Em vez de considerar um ano cheio para atingir a meta, o objetivo seria perseguido num período mais longo. Dessa forma, o BC poderia ser mais suave na sua atuação para

manter os preços sob controle. A avaliação dentro do governo é que uma regra que não siga o ano calendário poderia atenuar as pressões e reduzir as chances de política monetária ser muito contractionista — ou seja, com taxas de juros muito elevadas.

Atualmente, as metas são 3,25% neste ano e 3% em 2024 e 2025, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A expectativa do mercado é que seja mantida a meta de 3% com a verificação contínua.

O mercado já começa a reduzir projeções para 2026, o que pode abrir espaço para uma queda mais rápida da Selic. No Boletim Focus, a estimativa caiu para 3,72%. Há um mês estava em 4%.

**CUIDADOS E AVANÇO**  
A hipótese de mudar numericamente as metas de inflação foi praticamente descartada, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter falado nos primeiros meses de gestão sobre a possibilidade de adotar um parâmetro de referência mais elevado.

Campos Neto disse no fim de maio, em entrevista à GloboNews, que o ideal é que não haja "nenhum tipo de modificação" na meta de inflação no curto prazo, já que o momento é de incerteza, mas disse que o objetivo contínuo, amplamente defendido por Haddad, traz "eficiência".

Em relatório, o Itai afirmou esperar que o CMN confirme a meta em 3%, com intervalo de 1,5 ponto percentual, emude a meta para contínua. Mas deixando para o BC definir o horizonte de correção. "A mudança da meta ao calendário para meta contínua também está aparentemente em discussão e, se for implementada com cuidado, pode trazer avanços", afirma o banco.

Para o Itaú, seria negativo se o CMN determinasse prazo mínimo de, por exemplo, 24 meses para o BC buscar o cumprimento da meta. A decisão deve "ajudar a ancorar as expectativas de inflação e reduzir a inflação para meta de 3% em 2024/2025, sem comprometer as perspectivas para a gradual flexibilização da política monetária", diz o banco.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13